



Boletim do

CCAC

TRIMESTRAL
ISSN 1682-8739

N.º 25 Março de 2008

- 3 Números Referentes aos Casos em 2007
- 4 Discursos dos Vice-Ministros de Supervisão da RPC, Hao Mingjin e Yao Zengke
- 9 Conferência sobre “Combate à corrupção em obras de construção civil”
- 11 Investigadores do CCAC com Medalha de Valor



Os entraves fortes ultrapassam-se com passos firmes!

Depois da revelação do caso de corrupção relativo ao ex-Secretário para as Obras Públicas e Transportes em 2006 e de findo o julgamento, o principal arguido, Ao Man Long, foi condenado à pena de prisão. A repetição do incidente é para nós absolutamente indesejável.

Para além da conduta falha de ética do próprio autor do crime, o caso revelou também que a existência de lacunas e vícios no regime das obras públicas, na administração e na ética empresarial propiciaram a proliferação da corrupção. Para aperfeiçoar o regime jurídico e o mecanismo no que diz respeito à concessão de terrenos bem como à adjudicação de obras, o CCAC procedeu em 2007 ao estudo e análise dessas matérias, tendo recolhido em diversos locais informações para referência. Organizou também, em meados de Janeiro deste ano, em conjunto com o Ministério de Supervisão da China e a *Independent Commission Against Corruption* da Região Administrativa Especial de Hong Kong, uma conferência sobre o combate à corrupção na área das obras públicas. Um encontro onde os peritos e académicos e autoridades governamentais do interior da China, de Hong Kong e de Macau abordaram o regime de prevenção e o estabelecimento de um sistema relativo à área das obras públicas. Por outro lado, estão já concluídas duas pesquisas importantes relativas à referida área ("Regime de concessão de terrenos e sua fiscalização" e "Regime de adjudicação de obras públicas") cujos relatórios foram submetidos ao Chefe do Executivo.

Em finais de 2007, na sequência das Sessões de Intercâmbio sobre Gestão Íntegra, organizadas em conjunto com os gabinetes dos Secretários, o CCAC manteve encontros com os dirigentes dos serviços públicos para trocar opiniões sobre a forma de reforçar a gestão íntegra interna desses serviços. Até Fevereiro do corrente ano, 59 serviços e organismos públicos assinaram protocolos de cooperação com o CCAC sobre o "Plano para uma Gestão Íntegra". O plano incide principalmente na fiscalização, legalidade da administração e mecanismos de comunicação, o que não só constitui uma iniciativa importante para apoio à reforma da Administração Pública como também uma base significativa para que o CCAC estabeleça um mecanismo de fiscalização, em cooperação com os serviços públicos. Com uma organização de carácter geral que cobre a sua gestão interna, o plano é concretizado sob a forma de projectos.

Em 2008, o CCAC continuará a acompanhar o andamento do plano, prestando apoio aos serviços e melhorando, conjuntamente com eles, a sua gestão íntegra. Fazendo uma retrospectiva do ano passado, o caso de Ao Man Long causou de facto um impacto muito grande na promoção da integridade da RAEM. No entanto, os agentes do CCAC nunca desistem e farão todo o possível, com coragem e determinação, para ultrapassar os entraves que possam surgir.

No próximo ano, os trabalhos do CCAC darão um importante passo. Fruto de vários anos de incubação, o projecto do diploma legal sobre o alargamento da competência fiscalizadora do CCAC relativamente ao combate à corrupção, será submetido, em meados de 2008, ao Governo. O CCAC espera poder contar com o apoio e participação dos cidadãos para que se alcancem progressos constantes na construção de uma sociedade íntegra.



- 2 Mensagem do Comissário
- 3 Números referentes aos casos movimentados no CCAC em 2007
- 4 Textos Escolhidos: Discursos dos Vice-Ministros de Supervisão da RPC, Hao Mingjin e Yao Zengke
- 9 Conferência sobre "Combate à corrupção em obras de construção civil"
- 11 Investigadores do CCAC com Medalha de Valor
- 12 Notícias do CCAC
- 15 Vozes da Sociedade: Entrevista a Francis Hung
- 16 Conto
- 17 Recortes de Jornais
- 18 Miradouro
- 19 Pensamento



Boletim do CCAC
 Nº.25 – Março de 2008
 Edição: Comissariado contra a Corrupção
 Coordenação: Departamento de Relações Comunitárias do CCAC
 Design e arranjo gráfico: Bruno Design
 Impressão: Bruno Design
 Tiragem: 2.000 exemplares

As sugestões e os pedidos de aquisição do Boletim do CCAC devem ser dirigidos a:
 Comissariado contra a Corrupção –
 Departamento de Relações Comunitárias

Alameda Dr. Carlos d'Assumpção
 Edif. Dynasty Plaza, 14º andar, Macau
 Tel: (853)28326300
 Fax: (853)28362336
<http://www.ccac.org.mo>
 ISSN: 1682-8739





Números referentes aos casos movimentados no CCAC em 2007

1) Casos recebidos

Em 2007, foram recebidas um total de 736 queixas e participações, o que representa uma descida de 12,4% em comparação com as 840 registadas no ano anterior e contribui para a descida em três anos seguidos dos casos recebidos. De referir que, nos últimos anos, os casos penais tiveram uma tendência decrescente, ao passo que os da área da provedoria de justiça registaram um aumento constante de percentagem relativa.

A percentagem das queixas apresentadas com identificação ou com manifestação de disponibilidade para fornecimento de informações pessoais subiu nos últimos anos, ultrapassando os 40%, o que revela a crescente confiança da população na instituição contra a corrupção. Para além disso, no ano passado foram 43 os casos tratados por iniciativa do CCAC, número que bateu o recorde.

(Quadro I) Composição dos casos recebidos no CCAC entre 2005 e 2007						
	2005		2006		2007	
	Nº de casos	Percentagem	Nº de casos	Percentagem	Nº de casos	Percentagem
Incidência penal	889	80,2%	586	69,8%	500	67,9%
Provedoria de justiça	220	19,8%	254	30,2%	236	32,1%
Total	1.109	100,0%	840	100,0%	736	100,0%

(Quadro II) Casos recebidos entre 2005 e 2007 (segundo a origem)							
Origem		2005		2006		2007	
		Nº	Percentagem	Nº	Percentagem	Nº	Percentagem
Participação dos cidadãos	Queixas anónimas	650	58,6%	437	52,0%	333	45,3%
	Queixas com identificação	403	36,3%	335	39,9%	312	42,4%
Casos remetidos/participados /solicitados por entidades públicas		25	2,3%	12	1,4%	26	3,5%
Casos investigados em colaboração		20	1,8%	30	3,6%	18	2,5%
Casos remetidos/participados pela comunicação social		0	0%	0	0%	0	0%
Casos investigados por órgãos judiciais com instrução de processo		0	0%	6	0,7%	4	0,5%
Intervenções por iniciativa do CCAC		11	1,0%	20	2,4%	43	5,8%
Total		1.109	100,0%	840	100,0%	736	100,0%

2) Casos com condições para acompanhamento

Do total dos casos recebidos em 2007, 369 reuniram condições para serem acompanhados (sendo na sua maioria casos da área da provedoria de justiça), facto que evidencia a constante melhoria da qualidade de queixas e participações apresentadas.

(Quadro III) Classificação de casos segundo a forma de tratamento entre 2005 e 2007						
Categoria	2005		2006		2007	
	Nº	Percentagem	Nº	Percentagem	Nº	Percentagem
Com condições para serem investigados	395	35,6%	380	45,2%	369	50,1%
Sem condições para serem investigados	714	64,4%	460	54,8%	367	49,9%
Total	1.109	100,0%	840	100,0%	736	100,0%

3) Andamento do tratamento de casos

Os casos dados por findos no ano em análise somaram 337, entre os quais 40 com e 297 sem instrução do respectivo processo. Destes 337 casos, 11 foram remetidos para o Ministério Público.

4) Julgamentos e sentenças do Tribunal

Em 2007, o Tribunal julgou sete casos encaminhados pelo CCAC, entre os quais cinco casos em que os arguidos foram condenados, um caso em que se decidiu a absolvição (mas com recurso em tramitação) e um caso que entretanto aguardava julgamento (sendo um caso conexo ao caso de corrupção do ex-Secretário que transitou em julgado em 30 de Janeiro de 2008, com a condenação de Ao Man Long).

Discurso do Vice-Ministro Hao Mingjin

Na cerimónia de abertura da conferência sobre “Combate à corrupção em obras de construção civil” (22 de Janeiro de 2008)



Abre hoje solenemente nesta bela e viva cidade de Shenzhen a conferência sobre “Combate à corrupção em obras de construção civil”, uma iniciativa conjunta do Ministério de Supervisão da República Popular da China, da *Independent Commission Against Corruption* da Região Administrativa Especial de Hong Kong e do Comissariado contra a Corrupção da Região Administrativa Especial de Macau. Permitam-me nesta ocasião as minhas sinceras felicitações, em nome do Ministério de Supervisão da República Popular da China, pela realização deste evento, e apresentar as minhas saudações cordiais ao Comissário da *Independent Commission Against Corruption* da Região Administrativa Especial de Hong Kong, ao Comissário contra a Corrupção da Região Administrativa Especial de Macau, e a todos os convidados aqui presentes.

Passados trinta anos do início das reformas da China, o desenvolvimento económico e social conseguiu obter um sucesso que chama a atenção de todo o

mundo. De destacar que o desenvolvimento de obras públicas, que assumem um papel proeminente, tem dado contributo importante para a promoção da modernização socialista da China. No entanto, em concomitância com o desenvolvimento, existem muitos problemas na área das obras públicas, sendo também cada vez mais evidentes os problemas de corrupção. É frequente que nalguns territórios e serviços públicos “a queda de um funcionário ocorra sempre com a construção de uma obra”. O problema de corrupção na área das obras públicas constitui um dos factores importantes de corrupção dos trabalhadores da função pública, prejudicam a imagem do governo bem como influenciam e condicionam o saudável desenvolvimento económico e social.

O Governo chinês atribui sempre grande importância ao combate à corrupção na área das obras públicas. Os órgãos de supervisão de todos os níveis, em conjunto com os governos dos respectivos territórios e serviços competentes, têm tomado medidas eficazes, ao longo do tempo, reforçando de forma contínua a intensidade de trabalhos, levando por diante consolidadamente o combate à corrupção nesta área, em função dos princípios estratégicos que consistem na “cura paliativa e radical, controle integrado, punição e prevenção, e incidência sobre a prevenção”, procurando vias eficazes para prevenir e controlar a corrupção. Ao fim de vários anos de esforços obtiveram-se resultados visíveis e foram acumuladas experiências valiosas. As sete entidades que intervirão nesta conferência e as quatro entidades que apresentam trabalhos escritos demonstram precisamente os resultados que



obtivemos ao longo dos anos no combate à corrupção na área das obras públicas. Os resultados obtidos são mais visíveis nos seguintes aspectos:

1) Fortalecimento da legislação. A fim de resolver a questão das irregularidades disciplinares e infracção à lei, promulgámos em Janeiro de 2001 a "Lei sobre concursos públicos da República Popular da China". A aplicação desta lei proporcionou uma garantia jurídica fundamental para o desenvolvimento dos trabalhos de combate à corrupção na área das obras públicas. De seguida, o Governo chinês elaborou várias normas sobre o combate à corrupção nesta área. O Conselho de Estado, na sua reunião de trabalho anual sobre a integridade, determina as exigências quanto aos concursos públicos para obras públicas. Os departamentos competentes do Conselho de Estado cumprem as suas atribuições de fiscalização e gestão administrativa, de acordo com as funções que lhe estão cometidas, aperfeiçoando e regularizando os trabalhos relativos àqueles concursos.

2) Normalização do mercado da construção. Para aumentar a transparência das transacções nas obras de construção bem como evitar actos fraudulentos nos concursos públicos e trespasse ou subconcessão ilegal de empreitadas, o Ministério de Supervisão começou em 1996 a promover, em conjunto com o Ministério de Construção, o estabelecimento de um mercado visível de obras públicas, obrigando todos os projectos a serem objecto de concurso público e proibindo expressamente a cedência das empreitadas. Os dirigentes e funcionários que violem as regras do

concurso público, independentemente de terem tirado ou não vantagens disso, são sempre chamados à responsabilidade. À data, praticamente todas as cidades têm criados os seus centros de transacção de obras públicas.

3) Exercício de fiscalização e inspecção sobre os principais projectos de investimento do Governo. Face à grande dimensão e ao avultado valor dos principais projectos, damos prioridade à intensificação dos trabalhos de fiscalização e gestão sobre os processos desses concursos públicos do Governo, no sentido de exercer uma fiscalização e inspecção mais eficaz. No ano passado, escolhemos três projectos importantes de nível nacional, i.e., as obras da auto-estrada entre Handan e Shexian na Província de Hebei, as obras do sistema de transporte ferroviário interurbano entre Beijing e Tianjin e obras urgentes de abastecimento de água entre Beijing e Shijiazhuang. Entretanto, pedimos também aos serviços competentes e todos os territórios para escolher de três a cinco projectos principais dos respectivos governos para efectuar uma inspecção mais apertada, exercendo fiscalização sobre os concursos públicos e reforçando a fiscalização de todos os processos de concursos públicos relativos aos projectos de investimento do Governo.

4) Investigar e punir severamente as irregularidades disciplinares e infracções à lei. Sendo a área das obras públicas uma das áreas em que se verifica fácil e frequentemente a prática de corrupção, insistimos em puni-la com severidade, investigando, com realce, quatro tipos de casos: 1) Empresas de construção a quem



tenham sido adjudicadas empreitadas por meios ilícitos, nomeadamente corrupção activa sobre trabalhadores da função pública; 2) Trabalhadores da função pública, especialmente dirigentes e funcionários, que tenham interferido irregularmente na definição do plano das obras, verificação da qualificação, concurso público, recepção das obras e liquidação das contas; 3) Os serviços competentes de construção e os seus trabalhadores que tenham tratado irregularmente dos registos, aprovação, recepção e progressão da qualificação por conta das entidades de construção, empresários de desenvolvimento imobiliário e empresas executoras das obras; 4) As transacções entre poder e dinheiro nos concursos públicos e o peculato de bens do Estado. Em simultâneo com a punição severa, os serviços competentes aperfeiçoaram o mecanismo de tratamento de denúncias e queixas, atendendo e tratando-as atempadamente, com vista a pôr em pleno jogo o esforço da iniciativa.

Actualmente, a construção e o desenvolvimento do país são tarefas muito árduas e a dimensão dos investimentos em construções vem aumentando, pelo que a prevenção e o combate à corrupção

nesta área continuam a ser muito difíceis. Iremos seguir os requisitos gerais para criação de um sistema perfeito de punição e prevenção da corrupção, atribuindo maior importância à cura radical, à prevenção e ao estabelecimento do sistema, e tomaremos como referência a experiência das regiões administrativas especiais de Hong Kong e de Macau na prevenção e combate à corrupção na área das obras públicas, desenvolvendo os trabalhos de forma firme, com vista a dar o nosso contributo para regulamentar melhor o mercado de obras públicas, beneficiar um mecanismo de eficácia duradoura no combate à corrupção dessa área bem como prevenir e regularizar, a partir da fonte, os problemas de corrupção.

Minhas senhoras e meus senhores,

O problema da corrupção na área de obras públicas é um “mal público” da sociedade humana. A sua prevenção e combate eficazes só podem ter lugar com o reforço da cooperação bilateral, multilateral, e até regional ou internacional no estabelecimento de um mecanismo de cooperação no combate à corrupção. Iremos abordar, de forma sincera e profunda, nesta conferência com todos os representantes a questão do reforço do combate à corrupção na área das obras públicas e outras questões importantes, partilhando experiências e estudar conjuntamente medidas eficazes para resolver problema, no sentido de estreitar o entendimento e confiança mútua para obter melhores resultados.

Para terminar, desejo o maior sucesso a esta conferência.

Muito obrigado.



Discurso do Vice-Ministro Yao Zengke

Na cerimónia de encerramento da conferência sobre “Combate à corrupção em obras de construção civil” (23 de Janeiro de 2008)



Com o esforço de todos, encerra a conferência sobre “Combate à corrupção em obras de construção civil”. Este evento decorreu de forma animada, intensa, eficiente, satisfatória e sem dificuldades. Tratou-se da primeira iniciativa organizada por três territórios e também, pela primeira vez, os três territórios abordaram a questão do combate à corrupção numa conferência. Este evento constitui uma nova plataforma para o intercâmbio entre o interior da China, Hong Kong e Macau, proporcionando uma oportunidade para o entendimento mútuo e partilha de experiências relativas ao combate à corrupção na área das obras públicas.

Em resumo, esta conferência revestiu-se de três características principais: 1) Preparação cuidada, sendo os trabalhos apresentados de grande valor. O Ministério de Supervisão, a *Independent Commission Against Corruption* da Região Administrativa Especial de Hong Kong e o Comissariado contra a Corrupção da Região Administrativa

Especial de Macau atribuíram grande importância a esta conferência, tendo cada um criado um grupo de trabalho preparatório para este evento. E, a partir desta base, as três partes criaram um grupo de trabalho preparatório conjunto. No decurso da preparação, todas as partes efectuaram consultas amigáveis, mostraram-se colaboradoras e fizeram todo o possível para assegurar o forte apoio de recursos humanos e logísticos com vista ao sucesso do evento.

2) A troca de experiências foi feita de forma entusiasta e profunda e com base em pontos de vista distintos. 15 representantes fizeram intervenções na conferência e quatro apresentaram trabalhos escritos. A par destas intervenções muitos outros representantes participaram na iniciativa. Das intervenções e debates foi possível sentir o forte sentido de responsabilidade e de vocação, profissionalismo e as boas qualidades pessoais, conhecimentos teóricos e ainda a rica experiência prática de todos os participantes. Foi possível conhecer melhor a importância do combate à corrupção na área das obras públicas. Considerámos, por unanimidade, que o combate à corrupção nesta área interessa à qualidade das obras, à vida quotidiana e à paz da população, à coesão e credibilidade do governo e à prosperidade e estabilidade da sociedade. Basicamente, interessa à plena aplicação do conceito de desenvolvimento científico.

Através deste evento, conhecemos melhor os princípios orientadores do combate à corrupção e promoção de integridade que consistem na “cura paliativa e cura radical, controle integrado, punição e prevenção e incidência sobre a prevenção”, e a

importância da necessidade de estabelecer um mecanismo eficaz e duradouro para o combate à corrupção na área das obras públicas. E também conhecemos de forma profunda que, para que a área das obras públicas seja transparente e íntegra, é necessário estabelecer um mecanismo aberto e transparente e beneficiar o regime de fiscalização e gestão por meio de reformas e inovações do sistema e do mecanismo.

3) Foi aprofundado o entendimento mútuo e estreitada a amizade. Tanto na tribuna como na plateia, e dentro e fora da reunião, todos falaram sem inibições e fizeram boas amizades, aprenderam uns com os outros, o que estreitou o entendimento mútuo e os laços de amizade, abrindo um palco mais vasto e um futuro mais brilhante para o reforço do intercâmbio e cooperação entre os três territórios no combate à corrupção.

Minhas senhoras e meus senhores,
Camaradas, caros amigos,

É com muito prazer que vemos, depois da transferência de poderes, os contactos entre Hong Kong, Macau e o interior da China tornarem-se cada vez mais estreitos, mais amplo o intercâmbio e mais reforçada a cooperação entre os órgãos de supervisão administrativa e de combate à corrupção dos três territórios.

O sucesso desta conferência marca a entrada numa nova fase do intercâmbio e cooperação entre os três territórios na área de supervisão administrativa e combate à corrupção. Deixem-nos cumprir de forma resoluta e firme o princípio de “um país, dois sistemas”, e continuaremos a reforçar o intercâmbio, aprofundar a cooperação

e estreitar os contactos para reprimir, mediante um esforço conjunto, a corrupção, criando um ambiente íntegro, no sentido de dar um maior contributo para a promoção da prosperidade económica e estabilidade social do interior da China, de Hong Kong e de Macau.

Para terminar, permitam-me, em nome do Ministério de Supervisão, manifestar os nossos sinceros agradecimentos aos colegas da *Independent Commission Against Corruption* da Região Administrativa Especial de Hong Kong e do Comissariado contra a Corrupção da Região Administrativa Especial de Macau pelo esforço envidado para este evento. Também gostaria de deixar uma palavra de apreço a todos os representantes; sem a sua presença o seminário não poderia ser coroado de êxito.

Envio também uma palavra de agradecimento ao Comité Municipal do Partido Comunista, Governo Municipal, Comité Disciplinar Municipal e Direcção de Supervisão da Cidade de Shenzhen pelas condições e serviços de primeira qualidade prestados ao evento. Não posso deixar de agradecer também a todos os trabalhadores que participaram na organização deste seminário com a sua dedicação e diligência. E, enfim, a todos os amigos dos órgãos de comunicação social que fizeram a cobertura desta iniciativa também uma palavra de agradecimento.

Muito obrigado a todos.



Ministério de Supervisão da China, ICAC de Hong Kong e CCAC de Macau realizam conferência conjunta

O “Combate à corrupção em obras de construção civil” foi o tema de uma conferência de organização conjunta do Ministério de Supervisão da RPC, da Comissão Independente contra a Corrupção (ICAC) de Hong Kong e do CCAC de Macau, que teve lugar em finais de Janeiro, em Shenzhen. No encontro estiveram presentes mais de 50 funcionários de governo, especialistas e académicos da China continental, Hong Kong e Macau, entre estes últimos, representantes do Gabinete do Secretário para as Obras Públicas e Transportes, do Gabinete para o Desenvolvimento de Infra-estruturas, do Gabinete para as Infra-estruturas de Transportes, da Direcção dos Serviços para os Solos, Obras Públicas e Transportes e do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais.



Cerimónia de abertura da conferência, presidida pelo Vice-Ministro de Supervisão, Yao Zengke (ao centro)



Yao Zengke com Cheong U



Discurso de Cheong U

O Vice-Ministro de Supervisão, Yao Zengke presidiu à cerimónia de abertura, em que discursaram um outro Vice-Ministro de Supervisão, Hao Mingjin, o Vice-Presidente Executivo do Município de Shenzhen, o Comissário da ICAC, Timothy Tong Hin-ming, e o Comissário do CCAC, Cheong U. Segundo frisou Cheong U, a realização de obras públicas, especialmente as infraestruturais, não só implica gastos de montantes elevados do dinheiro público, como também envolve o interesse público. A corrupção nesta área causa prejuízos tanto ao património, prestígio e credibilidade do Governo como ao interesse da população em geral. Foi a primeira vez que as instituições da China continental, Hong Kong e Macau responsáveis pelo combate à corrupção promoveram conjuntamente uma conferência contra a corrupção. Na opinião de Cheong U, o combate à corrupção em obras de construção civil foi um tema de grande interesse, dada a realidade das três regiões. A troca aberta de experiências nesta conferência permitirá adquirir experiências práticas na prevenção da corrupção na China e nas duas Regiões Administrativas Especiais, acrescentou.

No decorrer do encontro, os participantes estudaram e trocaram ideias com profundidade sobre o combate à corrupção em obras de construção civil, nomeadamente origens e manifestações principais do fenómeno e prejuízos causados, estratégias e medidas de combate e sistemas, instrumentos e actos normativos de prevenção. A Adjunta do Comissário, Tou Wai Fong, e o Assessor, Ka Vai Vu, do CCAC, apresentaram comunicações na conferência.

Visita do Comissário contra a Corrupção de Hong Kong



Timothy Tong deixando mensagem no livro de honra

O Comissário Cheong U e outros dirigentes do CCAC receberam, em 17 de Janeiro, a visita de uma delegação de nove elementos da Comissão Independente contra a Corrupção (ICAC, na sigla inglesa) de Hong Kong, chefiada pelo seu Comissário, Timothy Tong Hin-ming.

Esta foi a primeira visita ao CCAC de Timothy Tong desde que tomou posse. A delegação da ICAC integrou também o Director de Investigação (Sector Privado), Francis Lee Chun-sang, o Director e a Directora Adjunta de Relações Comunitárias, Thomas Chan Chi-sun e Julie Mu Fee-man, o Director Adjunto de Prevenção de Corrupção, Samuel Hui Kwok-ting, a Oficial Principal de Ligação, Helen Lee, o Oficial-Chefe de Ligação, James Wong Hung-fai, o Investigador-Chefe, Anthony Cheung Chung Tat, e o Oficial de Estudos Estratégicos, Edwin Watt Wai-yeung.

No encontro, que decorreu na sede do CCAC, os dois comissários trocaram opiniões sobre as acções empreendidas na promoção da integridade social nos últimos anos. Acordaram que as duas instituições de combate à corrupção têm desenvolvido, desde sempre, uma boa cooperação nas áreas de prestação de apoio à investigação, formação de pessoal e prevenção da corrupção e que deverá ser reforçada futuramente, em face do desenvolvimento e das mudanças sociais. Timothy Tong realçou, em especial, que as duas partes reforçarão a troca de informações num esforço conjunto visando o combate aos crimes transfronteiriços.

Cheong U referiu o alargamento das competências do CCAC ao sector privado, anunciado pelo Chefe do Executivo Ho Hau Wah na apresentação das Linhas de Acção Governativa. Sobre esta medida, Timothy Tong teceu alguns comentários e adiantou que a situação que Macau terá que enfrentar no futuro já se viveu em Hong Kong. As duas partes mostraram-se confiantes em que terão um maior espaço de cooperação no seu trabalho.



Cheong U oferecendo uma lembrança a Timothy Tong



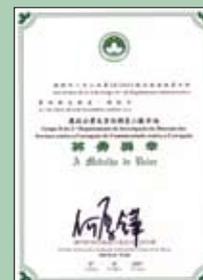
Dirigentes do CCAC com a delegação da ICAC



Investigadores do CCAC com medalha de valor



Representante do Grupo D recebendo a medalha das mãos do Chefe do Executivo



Com base na proposta da Comissão de Designação de Medalhas e Títulos Honoríficos, o Chefe do Executivo assinou, no início deste ano, a ordem executiva que concede a Medalha de Valor ao Grupo D do 2.º Departamento de Investigação da Direcção dos Serviços contra a Corrupção do CCAC, num reconhecimento do seu desempenho de funções. Na cerimónia de condecoração, em 25 de Janeiro, o representante do Grupo D recebeu de Ho Hau Wah a referida medalha.

O Grupo D foi responsável pela investigação do caso de corrupção de Ao Man Long. Durante muito tempo, os investigadores que integram o Grupo demonstraram grande empenho nas diligências de inquérito. Para além da análise dos factos e da recolha da prova com minúcia, sacrificaram tempos de repouso. Foi um esforço compensador, dado que foram alcançados resultados decisivos.

Para o CCAC, que agradeceu esta distinção, trata-se do reconhecimento social do trabalho realizado e da total entrega do seu pessoal no decorrer da prolongada investigação do caso. Ao mesmo tempo, a instituição prometeu continuar a envidar esforços visando assegurar as investigações da segunda fase do caso de Ao Man Long e de outros casos.

Em declarações à imprensa, o Adjunto do Comissário e Director dos Serviços contra a Corrupção, Chan Seak Hou, referiu que após a detenção de Ao Man Long em Dezembro de 2006, os investigadores tiveram que lutar contra o tempo e dedicar-se totalmente ao trabalho, para que fosse possível concluir as investigações da primeira fase no prazo de três a quatro meses, nos termos da lei e dos procedimentos processuais. Por outro lado, o sigilo esteve assegurado desde início e não se deixou revelar a mínima informação relativa ao inquérito.

O caso, sublinhou o responsável, envolveu um grande número de pessoas, dimensões e áreas muito diversas e um avultado montante de bens e fundos. Ao mesmo tempo, muitos actos, bens, capitais e contas bancárias envolvidos não decorreram ou não se encontraram no Território. Confrontado com estas circunstâncias, o CCAC recorreu, desde o início, à colaboração internacional e teve que entrar em muitas áreas de trabalho até então desconhecidas. Para Chan, os resultados obtidos deveram-se à cooperação e ao esforço conjugado do CCAC, Ministério Público e Tribunal, entre outros órgãos.

Visita do Chefe do Executivo

No decorrer da quadra do Ano Novo Chinês, o Chefe do Executivo efectuou uma visita ao CCAC. Para além de uma reunião com os dirigentes, discursou perante todo o pessoal da instituição, encorajando-o a assegurar o exercício das suas funções. No final do encontro, Ho Hau Wah presidiu à entrega de lembranças aos elementos que se distinguiram no desempenho de funções em 2007.



O Chefe do Executivo com os dirigentes do CCAC, durante a visita à instituição



O Chefe do Executivo entregando lembranças a elementos do CCAC

Números relativos aos casos em 2007 divulgados em conferência de imprensa

O CCAC realizou uma conferência de imprensa, em finais de Fevereiro, em que números relativos aos casos em 2007 foram divulgados.

A Adjunta do Comissário, Tou Wai Fong, acrescentou que, concluído em 2006, o relatório do estudo do regime das eleições legislativas foi já entregue ao Governo e está disponível na página electrónica do CCAC. Acompanhar o processo da revisão da lei eleitoral, com formulação de sugestões de revisão, é precisamente uma das prioridades do CCAC para este ano. O alargamento da

competência do CCAC ao sector privado foi também uma das matérias destacadas por Tou Wai Fong. Sendo que a medida, anunciada pelo Chefe do Executivo nas Linhas de Acção Governativa, terá implicações na lei orgânica do CCAC, o respectivo projecto será entregue ao Executivo este ano. Ainda em finais do ano passado, o CCAC deu início a um estudo sobre a lei de declaração de rendimentos e interesses patrimoniais, tendo por objectivo encontrar um ponto de equilíbrio entre uma maior transparência da declaração e a salvaguarda da privacidade pessoal.





Novo cartaz

Na perspectiva de consolidação do espírito da integridade nos serviços e instituições públicas e num esforço conjunto visando a promoção da integridade na Administração, foi produzido, em vésperas do Ano Novo Lunar, o cartaz "Recuse ofertas indevidas. Seja um funcionário público íntegro.", que já foi distribuído aos serviços e entidades públicas, associações, estabelecimentos de ensino e órgãos de comunicação social, para divulgação. Com o cartaz pretende-se sensibilizar os cidadãos para não oferecerem qualquer prenda ou remuneração aos funcionários, dos diversos graus, que devem exercer funções públicas nos termos da lei.



Lançamento da versão portuguesa de "Galeria de Integridade"

A publicação em banda desenhada "Galeria de Integridade", lançada em Março de 2007, tem já a sua versão portuguesa. Publicada em Fevereiro passado, será oferecida à Escola Portuguesa, associações da comunidade portuguesa e bibliotecas. Espera-se que através destes contos ilustrados, que permitem uma leitura interessante e acessível, os jovens de comunidades diferentes assimilem mensagens de honestidade, dedicação ao público e cumprimento das normas legais e regulamentares.



Lançamento de "Amor à Integridade II"

"Amor à Integridade: Colectânea de Textos do Fórum Anti-Corrupção" é uma edição do CCAC em que estão reunidos 31 artigos adaptados de casos reais e publicados na rubrica "Fórum Anti-Corrupção" nos jornais chineses locais. Publicado no início de 2004, com a versão portuguesa lançada mais tarde, os efeitos dissuasores e pedagógicos do livro têm tido o reconhecimento da sociedade.

Esta ano, o CCAC decidiu publicar o "Amor à Integridade II" (versão chinesa), com textos escolhidos da mesma fonte e organizados igualmente em três partes: Combate à corrupção, Provedoria de Justiça e Ética dos Funcionários Públicos. O objectivo é de procurar uma melhor disseminação do sentido da "Honestidade, dedicação ao público e legalidade na administração", quer nos diversos sectores sociais quer no seio do funcionalismo público, de modo a contribuir para um esforço conjunto em prol da integridade e justiça na sociedade.



Novo recrutamento de pessoal

Recentemente o CCAC procedeu ao recrutamento de pessoal para o preenchimento de seis vagas, convidando os residentes de Macau que sejam rectos e motivados para servir a população a fazerem parte da sua equipa. As vagas eram distribuídas por: quatro de investigador-chefe (língua chinesa) e uma de investigador (língua portuguesa), da área da Provedoria de Justiça, e uma de intérprete-tradutor em português/chinês.

A prova escrita teve lugar no início de Fevereiro, na Escola Luso-Chinesa Técnico-Profissional e actualmente decorrem as entrevistas e outros processos. A lista definitiva dos candidatos admitidos será publicada em 2 de Abril, na sede do CCAC (Edifício "Dynasty Plaza", 14.º andar) e na sua página electrónica.



Na prova escrita do concurso de recrutamento

3.ºs Jogos desportivos dos agentes de autoridade da instituições contra a corrupção de Guangdong, Hong Kong e Macau

Os 3.ºs Jogos Desportivos dos Agentes de Autoridade das Instituições Contra a Corrupção de Guangdong, Hong Kong e Macau, edição 2008, tiveram lugar em finais de Janeiro no Complexo Olímpico de Macau e no Centro de Bowling, na Taipa. Mais de uma centena de atletas, representando respectivamente o CCAC, a Comissão Independente contra a Corrupção (ICAC) de Hong Kong e a Procuradoria do Povo da Província de Guangdong, disputaram quatro modalidades desportivas, designadamente basquetebol de três, badminton, ténis de mesa e bowling. O CCAC, anfitrião desta edição dos jogos, obteve um primeiro lugar e três segundos lugares e sagrou-se campeão final, com um total de pontos ligeiramente superior ao dos dois adversários.



Cheong U discursando na cerimónia de abertura

O objectivo deste encontro desportivo anual, que se realiza alternadamente nos três territórios, é o de criar uma ponte visando o aprofundamento da amizade e comunicação entre os agentes contra a corrupção dos três territórios, bem como o fortalecimento da cooperação regional contra a corrupção entre as três instituições.

Depois dos jogos, à noite, o CCAC realizou a cerimónia de entrega de prémios e obsequiou as duas delegações visitantes com um jantar.



No jogo de basquetebol de três

Entrega de prémios e exposição de trabalhos vencedores do concurso de banda desenhada

A cerimónia de entrega de prémios do Concurso de Banda Desenhada “Vamos Desenhar um Paraíso da Integridade” realizou-se em 13 de Janeiro, na Galeria da Plaza Cultural de Macau, onde os trabalhos distinguidos estiveram patentes ao público, juntamente com alguns dos desenhos seleccionados para a edição “Galeria da Integridade”, materiais didácticos, calendários e outras lembranças produzidas pelo CCAC.

À inauguração da exposição presidiram a Chefe do Gabinete do Comissário, Ho Ioc San, o Presidente da Associação das Escolas Católicas, Fr. Francis Hung Chi-kong, a Vice-Presidente do Conselho de Administração da Associação de Educação, Wong Lai Hing, o cartoonista local, Chou Cheong Hong, e o Presidente do Conselho de Administração da Associação Geral de Estudantes Chong Wa. Também estiveram presentes directores e coordenadores de escolas e alguns dos autores da edição “Galeria da Integridade”.

Alunos de 30 escolas e muitos cidadãos participaram no referido concurso, organizado conjuntamente pelo CCAC e pela Associação Geral de Estudantes Chong Wa. De entre os trabalhos apresentados, o júri seleccionou um total de 71 para os 1.ºs, 2.ºs e 3.ºs classificados e menções honrosas nos quatro grupos.



Ho Ioc San entregando prémios



Convidados com vencedores



“Coisas pouco honestas não se podem fazer nem uma única vez.”

Entrevista ao Director do Colégio Yuet Wah, padre Francis Hung

A propósito da questão da promoção da honestidade junto dos estudantes do ensino secundário, pedimos especialmente uma entrevista ao padre Francis Hung, convidando-o a partilhar connosco a sua experiência, opinião e sugestões.

O padre Hung começou por dizer: “Não temos a educação da honestidade como tema central, mas elogiamos as boas acções praticadas pelos alunos, sensibilizando-os para a necessidade e a importância da honestidade. Por exemplo, quando um aluno não fica com dinheiro que encontra no chão.” No início da conversa adiantou ainda que, segundo o regulamento do Colégio, os alunos que fazem batota nos exames são punidos severamente, um aspecto que realça a importância que a escola atribui à sua honestidade. O acto de fazer batota é uma atitude desonesta e que exerce grande influência sobre as pessoas, pelo que deve ser punido severamente, defendeu o padre Francis.

Na prática da educação, não é aconselhável pregar sermões, é preferível encetar uma via de diálogo com o aluno, ouvindo a sua opinião, trocando impressões sobre o assunto. Por isso, os professores abordam a questão da educação moral com os alunos através de inquéritos e da livre expressão de opiniões, permitindo-lhes explicar os seus pontos de vista sobre os incidentes que ocorrem em seu redor ou acontecimentos sociais, com vista a que saibam distinguir claramente o correcto do errado.

Para o Director a educação moral dos estudantes de Macau envolve questões complicadas, sendo o dinheiro apenas uma delas. Hoje em dia, muitos estudantes fazem trabalhos em tempo parcial. Quando começam a ter dinheiro, os problemas surgem em catadupa. “A solução da questão depende da colaboração dos encarregados de educação e dos diversos sectores sociais; no entanto, as pessoas mais chegadas nem sempre sabem como vigiar os mais novos. Por isso, e porque está fora da nossa área de acção, limitamo-nos a dar instruções ou indicações.” Ainda segundo o padre Hung, a sociedade desenvolve-se a passos demasiado rápidos, pelo que está sempre a estudar novas formas para o ensino destas problemáticas. Além disso, estes assuntos não podem ser resolvidos apenas pela escola, é necessária a colaboração das famílias. Se pudermos contar com o apoio dos encarregados de educação, o problema será resolvido mais facilmente”.

O Director do Colégio Yuet Wah frisou ainda que os actos dos pais exercem grande influência sobre os filhos. O facto de serem capazes de dar um bom exemplo é muito importante. Muitos pais não conseguem dar bons exemplos com a sua própria conduta e a falta de uma boa educação familiar aliada ao facto de termos uma sociedade rica faz com que a juventude seja susceptível de ser afectada pelas más influências. Só com uma boa educação familiar e com a colaboração da sociedade é que se pode cultivar uma boa conduta moral, defendeu.

Sobre a forma de como pode ser promovida com eficácia a educação moral e se adaptar melhor às necessidades dos alunos, o padre Francis defendeu que a escola continua a abordar a questão, aproveitando para exemplificar com uma experiência recente que envolve a partilha de experiências pessoais, visto que os alunos, sendo jovens, são mais facilmente influenciados. Quanto aos meios audiovisuais, os gráficos atraem mais os alunos, fazendo com que aceitem bem as demonstrações que se fazem recorrendo a estes meios. A transmissão da mensagem através de palestras também é uma boa opção, defendeu o religioso.

O Director do colégio aproveitou ainda para dizer que houve alunos que o questionaram acerca da condenação do ex-secretário das Obras Públicas. Uma pergunta que usou para responder incutindo uma mensagem de honestidade nos alunos. Disse aos alunos que: “Coisas pouco honestas, não se podem fazer nem uma única vez, porque uma vez feitas, podem vir a repetir-se”. Aproveitou ainda a oportunidade para dizer que alguns funcionários de nível superior de outros lugares pensam que receber subornos não é um grande problema e comparou isto à toxicod dependência, algo que é muito difícil de deixar depois de se começar. Pelo que, ao aceitar-se uma vez, seja qual for o montante, constitui infracção à Lei.”

A terminar, em resposta a uma questão sobre a promoção da integridade social, o padre Francis disse que “ao falar do Comissariado contra a Corrupção de Macau, não há, pelo menos, grandes críticas no seio da sociedade.” Todas as pessoas de “bom senso” sabem que “lutar contra a corrupção é uma tarefa que não pode ser concluída de um dia para outro. Deve ser passo a passo e com progresso contínuo.”



Lugares-parque ocupados fora do prazo

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

Aí na placa está escrito que a proibição termina em 25 de Julho. Mas já estamos em Agosto, e os lugares continuam vedados!

Então, vamos procurar um outro lugar.

Filha de Frederico

Frederico

Passada uma semana

Desconfiado, Frederico decidiu ir apresentar queixa ao CCAC.

Quería fazer uma queixa. Suspeito haver um serviço público a favorecer uma empresa privada!

Como é possível a ocupação ilegal do parque pela construtora? Ou terá sido favorecida por algum serviço público?

Está bem. Vamos investigar o caso imediatamente.

Elementos do CCAC deslocaram-se ao local e foram, depois, pedir informações à DSSOPT.

Consultámos a documentação. A pedido da construtora, foi autorizada a prorrogação do prazo de ocupação dos lugares do parque até Janeiro do próximo ano. Em finais de Setembro último foi publicado o respectivo aviso, inclusive na nossa página.

Representante da DSSOPT

Afinal, a construtora pediu a prorrogação do prazo nos termos da lei e obteve autorização. Não houve favorecimento nem ilegalidade. Bem, vamos dar resposta ao queixoso.

Dois dias mais tarde, Frederico e a filha voltaram a aparecer no local.

Utilização de lugares vedada até Janeiro de 2008.

Se as autoridades tivessem informado o público em tempo útil, não teríamos tido aquelas dúvidas.



JORNAL TRIBUNA DE MACAU | SEXTA-FEIRA, 16 DE JANEIRO DE 2008 | WWW.JTM.COM.MO

Guarda prisional suspeito de corrupção passiva

Um guarda prisional no activo é suspeito da prática de corrupção passiva, por alegadamente ter aceite vantagens ilícitas e transportado telemóveis para um recluso de forma ilegal

O guarda, de apelido Sou, foi interceptado por investigadores do Comissariado contra a Corrupção (CCAC) na quarta-feira, ao anoitecer, quando levantou, em dois locais, três telemóveis novos e respectivos acessórios, para levar para o estabelecimento prisional, indica uma nota do organismo de combate à corrupção.

No caso está envolvido um recluso, de apelido Lei, suspeito de corrupção activa, esclarece o CCAC, adiantando que o guarda foi ontem encaminhado para o Ministério Público por alegada corrupção passiva.

De acordo com as informações de que dispõe, o CCAC suspeita que, desde o ano passado, Sou tenha aceite dinheiro oferecido por um recluso e transportado clandestinamente telemóveis, carregadores e cartões pré-pagos para o estabelecimento prisional. "Estes actos ilícitos não mostram indícios de parar ainda que, no ano passado, o CCAC tenha detido vários guardas prisionais suspeitos de aceitarem vantagens ilícitas para entregar telemóveis e outros objectos a reclusos", frisa o Comissariado.

O organismo salienta ainda que tais actos começam inclusive a ser praticados por vias indirectas, para que o actor e os objectos de prova não sejam desco-



bertos no mesmo local e momento.

"Primeiro, o dinheiro deixa de ser entregue directamente. Segundo, o telemóvel é entregue ao recluso só num momento oportuno e após o recebimento do dinheiro. Terceiro, no intuito de reduzir o risco, opta-se por transportar vários telemóveis de cada vez, em lugar de um só, exigindo deste modo o pagamento de mais dinheiro", pode ler-se no comunicado.

Os telemóveis apreendidos na acção do CCAC são de modelos modernos e para o seu transporte é exigido um

pagamento de sete a oito mil patacas. Segundo o CCAC, no decorrer da investigação, foi confessado um pedido a terceiro para transportar telemóveis. Neste caso, há ainda indícios de que por trás do referido acto poderão estar dividas resultantes de apostas ilegais em jogos.

Durante a noite da ontem, o Estabelecimento Prisional prestou apoio ao CCAC nas buscas e, pelas 22h, foram encontrados conjuntamente 10 reclusos ligados ao caso.

Macau/Delta

SÉG 28 de Janeiro de 2008

Chefia da Capitania dos Portos acusada de peculato de uso



De acordo com o Comissariado contra a Corrupção (CCAC), uma chefe da Capitania dos Portos está envolvida num caso suspeito de peculato de uso. O caso foi encaminhado para o Ministério Público na passada sexta-feira, e a investigação do CCAC seguiu-se a uma denúncia de um cidadão. A chefe em causa era responsável pelo centro de reparação de automóveis da Capitania dos Portos, na qual se faz a inspeção, manutenção e reparação dos veículos do Governo.

Numa nota difundida entre os órgãos de comunicação social, o CCAC informa que a pessoa suspeita terá emprestado, sem autorização e aproveitando-se das suas funções, equipamentos e ferramentas do serviço para uso de uma oficina de reparação de automóveis. No decorrer da investigação, foi confessado o facto de se ter destinado - sem autorização - bens públicos para uso em actividade privada de terceiro, informa-se ainda.

O CCAC suspeita que, entre 2005 e 2007, a chefe do centro tenha emprestado à oficina privada, sem autorização e repetidamente, ferramentas de manutenção e reparação de equipamentos de inspeção de automóveis.

15.1.2008 política 5

TJB CONDENA EX-FUNCIONÁRIO DA CÂMARA POR PECULATO

O grande prémio

O TRIBUNAL Judicial de Base (TJB) condenou ontem um antigo funcionário da então Câmara Municipal Prisional de Macau a sete meses de prisão, suspenso por um ano, pelo crime de peculato que envolveu a apropriação de dinheiro público ligado ao grº Grande Prémio de Macau. Quanto dinheiro? Sete mil patacas. O caso, levado à barra do tribunal pelo Comissariado Contra a Corrupção (CCAC), envolvia um outro arguido, ex-presidente do conselho de administração do Automóvel Clube de Macau, mas este foi absolvido.

Segundo uma nota enviada ontem à noite pelo CCAC aos órgãos de comunicação, o arguido condenado por peculato é Chan Chan Pa, que actualmente desempenha funções no Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (IACM). No entender do colectivo, ficou provado que "se apropriou de dinheiro público aproveitando-se das

mas funções públicas", mas o facto de não ter antecedentes criminais justificou a pena de prisão suspensa.

Segundo o CCAC, o caso remonta a 2000, quando Chan, hoje com 48 anos de idade, terá fornecido elementos falsos à Administração, "no intuito de obter dinheiro por meios fraudulentos". Como? Exagerando o número de trabalhadores da câmara que prestaram apoio ao GPM desse ano, de modo a alcançar mais subsídios. A discrepância entre o dinheiro recebido e os funcionários mobilizados para essas actividades acabou por ser confirmada pelo próprio arguido, ainda na fase de investigação.

No entanto, em tribunal - em audiências realizadas a 16 e 24 de mês passado -, Chan justificou ter retido essas sete mil patacas para pagar uma refeição aos trabalhadores da câmara que tinham prestado apoio durante o evento desportivo. Uma explicação que

não parece ter convencido os juizes.

Já quanto a Alberto Ferreira Sin, de 51 anos, o colectivo decidiu absolvê-lo por falta de provas de crime de peculato de que vinha acusado. Noite caso, e ainda de acordo com o comunicado do CCAC, Sin era suspeito de declarar à Direcção dos Serviços de Turismo o envolvimento de cerca de 300 trabalhadores do Automóvel Clube de Macau no apoio ao Grande Prémio, recebendo, para o pagamento desses serviços, uma série de cheques no valor total de 1,5 milhões de patacas. Sin era acusado de se ter apropriado de 27 desses cheques, ao valor de 80 mil patacas cada, na medida em que esses trabalhadores ou não existiam ou nunca receberam, alegadamente, essa remuneração. No entanto, em tribunal, várias testemunhas afirmaram ter recebido o dinheiro e o arguido foi absolvido.

8.1.

JORNAL TRIBUNA de Macau

www.jtm.com.mo | DIRECTOR: JOSE EDUARDO COSTA | DIRECTOR-GERENTE: JOSE TELLES | REDACÇÃO: 110000 | Nº 109 | 2008 | CÍRCULO DE LEITORES DE 2007

TRIBUNAL DESTACA "CONDUTA CHICANTE" DO EX-GOVERNANTE

Ao Man Long condenado a 27 anos de prisão





Admissão “transparente” de funcionários públicos mediante concurso na China

A maioria das entrevistas para os candidatos a funcionários públicos é realizada depois de 20 de Fevereiro. Os que tiverem sido aprovados serão submetidos à última fase de avaliação. Para muitos candidatos que se preocupam com a justiça das entrevistas, as palavras ditas pelo Ministro do Pessoal, Yin Weimin, numa reunião de trabalho sobre a admissão mediante concurso para funcionários públicos em todo o país, dissiparam as dúvidas.

O Ministro afirmou: “Nos lugares onde há condições, pode facilitar-se de forma adequada o acesso aos recintos de realização de prova escrita, entrevista e consulta das provas. Todos os serviços devem tornar transparentes os procedimentos dos concursos para admissão de funcionários públicos, proceder à sua divulgação junto da população desde que não tenham a ver com a segurança nacional e sigilo profissional.”

Em 10 de Junho de 2007, na Cidade de Chongqing, quando se estavam a realizar entrevistas a candidatos a funcionários públicos em dois recintos de concurso, entraram, pela primeira vez nesses recintos, várias dezenas de jornalistas e cidadãos para assistir à entrevista. Em 18 de Novembro, a Cidade de Chongqing, na entrevista para admissão de funcionários públicos, permitiu também aos representantes de cidadãos escolhidos aleatoriamente entre os inscritos na Internet, deputados à Assembleia Popular Nacional, delegados da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês e peritos de instituições de ensino superior que assistissem às entrevistas através de um circuito de vídeo. Para assegurar a imparcialidade dos examinadores quanto às notas dos examinandos, acabando com o “favoritismo” e “operação em câmara escura”, pela primeira vez a Cidade de Chongqing tomou esta medida sem precedentes a nível nacional.

A promulgação em 1993 do “Regulamento Provisório dos Servidores do Estado” e em 1994 das “Normas Provisórias para Admissão de Servidores do Estado” marcam o estabelecimento definitivo do regime de admissão mediante concurso dos funcionários públicos da China. O princípio de “tornar públicos” os concursos referentes a funcionários públicos foi assente em forma de lei em 2006, ano em que entrou em vigor a “Lei dos Funcionários Públicos”. O princípio de “concurso público” precede os de “avaliação rigorosa, concorrência leal e admissão dos melhores”. Por outro lado, as normas provisórias para admissão de funcionários públicos continham já os princípios de “transparência, igualdade, concorrência e escolha dos melhores” para admissão dos funcionários, para além de regulamentar os procedimentos concretos para a admissão, definindo expressamente as sanções a aplicar aos infractores.

Segundo alguns candidatos a funcionários públicos entrevistados pelo autor, os concursos eram transparentes e justos. A maioria das pessoas pensa que, para ser admitido como funcionário público é indispensável ter capacidade para o cargo e formação académica.

Os concursos que se realizam agora são altamente transparentes, o que não agrada aos candidatos ignorantes e incompetentes.

Acreditamos que, com a melhoria contínua do regime de admissão mediante concurso dos funcionários públicos e com base na “Lei dos funcionários públicos” a admissão dos funcionários públicos será mais transparente e justa.

(Extracto do artigo da Agência de Notícias Xinhua de 5 de Fevereiro de 2008. Fonte: “Diário do Regime Legislativo”)



Firme perante a
força da neve e do
vento, é das flores
mais nobres e
imaculadas



— Lu You, poeta chinês da Dinastia Song



Fotografia de Fong Tou leong

依法辦事拒收禮 廉潔公僕心無愧

Recuse ofertas indevidas.
Seja um funcionário público íntegro!



廉政公署
Comissariado contra a Corrupção
新口岸宋玉生廣場「皇朝廣場」十四樓
Alameda Dr. Carlos d'Assumpção, Edif. "Dynasty Plaza", 14º Andar, NAPE
電話 Tel: 2832 6300 傳真 Fax: 2836 2336 www.ccac.org.mo



24小時舉報熱線：**2836 1212**
Linha Vermelha - 24 horas